



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA FUNDA**

**PARECER JURÍDICO**

**AO PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 067, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025.**

**AUTORIZA O MUNICÍPIO DE BARRA FUNDA/RS. A INTEGRAR O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO ALTO URUGUAI – CIMAUI, ORGANIZADO COMO ASSOCIAÇÃO PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O presente projeto foi apresentado para análise Legislativa e visa conforme artigos autorizar o Poder Executivo Municipal o Município de Barra Funda, Estado do Rio Grande do Sul, a ingressar no CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO ALTO URUGUAI – CIMAUI

**QUANTO A COMPETÊNCIA**, o projeto é de matéria de competência do Município conforme disposto no Art. 30. Da Constituição Federal.

Art. 30. Compete aos Municípios:  
I - legislar sobre assuntos de interesse local;

O consórcio público é um instrumento jurídico previsto no artigo 241 da Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 (Lei dos Consórcios Públicos), que autoriza a união de entes da federação — União, Estados, Distrito Federal e Municípios — com o objetivo de prestar serviços públicos de forma integrada e compartilhada, especialmente em áreas como saúde, educação, desenvolvimento econômico, meio ambiente, mobilidade, entre outras.

**Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão constituir consórcios públicos, com a finalidade de desenvolver atividades de interesse comum, conforme as suas competências constitucionais, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.**

A regulamentação infraconstitucional da matéria é dada pela Lei Federal nº 11.107/2005 (Lei dos Consórcios Públicos), que estabelece as normas gerais para a constituição, estruturação, funcionamento e controle dos consórcios públicos. De acordo com o art. 5º, caput, da referida lei, a



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA FUNDA

participação do ente federado em consórcio público exige autorização mediante lei específica aprovada pelo Poder Legislativo local.

Art. 5º. A participação do ente federativo em consórcio público depende de autorização por lei específica, aprovada pelo respectivo Poder Legislativo local.

Com a edição da lei federal nº.11.107/05, e o decreto nº. 6.017/07, os consórcios de saúde passaram-se a se constituir sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica.

O consórcio, na saúde, é um importante instrumento de gestão um meio de potencializar a atenção a saúde das populações, contribuindo para a consolidação do SUS, favorece a união dos diversos recursos disponíveis nos municípios para a soluções dos problemas e alcançar objetivos comuns.

Em face ao exposto, O PARECER desta Assessoria Jurídica é FAVORÁVEL a regular tramitação do projeto.

Barra Funda, 11 novembro de 2025

---

Jaqueli da Silveira  
Assessora jurídica/OAB RS 86.539